

# Relatório final da Comissão de Cultura, Património, Cidadania e Desporto

Conselho Geral da  
Universidade de Coimbra



CONSELHO GERAL  
UNIVERSIDADE D  
COIMBRA





# 1. Sumário Executivo

# Introdução

Com cerca de 24.753 estudantes, 2.089 docentes, 64 investigadores e 994 elementos do Corpo Técnico, a Universidade de Coimbra (UC) é uma das maiores universidades portuguesas e a mais conhecida internacionalmente.

O Conselho Geral da UC (mandato 2020-2024) entendeu constituir uma comissão de trabalho dedicada à reflexão sobre o lugar da Cultura, do Património, da Cidadania e do Desporto no seio da UC. No quadro das suas atribuições, esta Comissão produziu o Relatório que aqui se sintetiza.

O Relatório sustenta-se na recolha alargada de informações junto de pessoas com responsabilidades nas áreas sob observação e traduz o entendimento da Comissão acerca das diferentes matérias abordadas. Ao todo, foram realizadas 10 audições, que envolveram cerca de 30 parceiros (internos e externos) e das quais resultaram perto de 20 horas de reunião e 63 páginas de Memorandos (validados por todos os intervenientes) sobre o que ali foi dito e proposto.

É recomendável que a leitura deste Sumário Executivo seja acompanhada da consulta do Relatório que justifica detalhadamente, sector a sector, os diagnósticos apresentados e as recomendações apontadas. Uns e outros foram aprovados na generalidade no plenário do Conselho Geral realizado no dia 19 de dezembro de 2022. Nesta versão final, revista e aumentada, introduziram-se todas as sugestões formuladas na discussão então realizada. Incluiu-se também um Anexo, com uma priorização das medidas propostas pela CCPCD (curto prazo / médio-longo prazo / em parceria).

A Comissão deseja expressar o seu reconhecimento pela colaboração prestada pelos vários parceiros e entrevistados, assim como pelos senhores conselheiros, a começar pela Presidente, Sra. Dra. Gabriela Figueiredo Dias.

Os membros da CCPCD: Alexandrina Mendes, Anabela Mota Ribeiro, Ana Paula Arnaut, Conceição Fonseca, João Gouveia Monteiro (coordenador), Lina Coelho, Maria Antónia Amaral, Nuno Moita, Pedro Couceiro e Renato Daniel.

## 1. A Cultura

---

Neste relatório sectorial, assinado por João Gouveia Monteiro, começa por se chamar a atenção para a necessidade de dar cabal cumprimento ao preconizado nos artigos 2.º («Missão») e 5.º («Fins da Universidade») dos Estatutos da UC em vigor desde 2008, que apresentam a Universidade de Coimbra como «uma instituição de criação, análise crítica, transmissão e difusão de cultura, de ciência e de tecnologia» que contribui para a «cidadania esclarecida e responsável» e, ao mesmo tempo, enfatizam o propósito da «formação humanística, filosófica, científica, cultural, tecnológica, artística e cívica».

A este respeito, salienta-se o lugar ainda relativamente discreto que as iniciativas culturais ocupam na constelação das atividades e preocupações universitárias coimbrãs. Identifica-se, assim, um campo de investimento particularmente fecundo e sublinha-se a necessidade de continuar a transformar múltiplas atividades pontuais numa oferta coerente, continuada e atrativa, em profunda interação com a comunidade envolvente. O renovado investimento nas semanas Culturais da UC, assim como a criação dos ciclos *Orphika* e *Mimesis*, bem como a atividade do Observatório da Cultura da UC são apontados como bons exemplos dessa metodologia.

O estudo começa por alertar para as difíceis condições em que atualmente se trabalha no edifício sede da AAC (um pilar da atividade cultural na UC) e considera depois a situação das nove UECAF (Unidades de Extensão Cultural e Apoio à Formação) da UC, sublinhando a necessidade urgente de serem devidamente apoiadas e reconhecidas institucionalmente e deixando ainda a proposta de promoção de encontros regulares entre elas, com vista à identificação de problemas comuns e à construção de projetos culturais conjuntos. Seguidamente, enfatiza-se a importância da comunicação de ciência, citando-se, como bom exemplo nesta matéria, a prática atual do Centro de Neurociências.

Um aspeto que merece particular atenção é o da necessidade – sentida por todos mas nunca materializada numa solução feliz – de promoção de lugares de encontro e de debate regulares entre os diferentes corpos e áreas científicas da UC, evitando

a «balcanização dos saberes» distribuídos pelos vários polos da UC e aproximando a cultura humanística da cultura tecnológica. Este aspeto pode ser combinado com o interesse na existência de uma boa agenda, que contribua para uma divulgação eficiente dos eventos culturais, eventualmente em parceria com a Câmara Municipal de Coimbra. A respeito do interesse desta colaboração UC-Câmara citam-se outros frutos possíveis, ao nível ,por exemplo, da literatura e das artes.

O relatório do sector da Cultura termina com três recomendações:

- i) criação de um Círculo Universitário, com programação cultural própria;
- ii) promoção de eventos inovadores e desafiantes, destinados sobretudo a um público jovem, na área da literatura (envolvendo faculdades, AAAC e as UECAF);
- iii) maior aproximação colaborativa entre a UC e a Câmara Municipal no domínio da cultura, com reflexos numa agenda cultural comum, na organização de residências artísticas pontuais, na promoção de encontros regulares na área das culturas dos PALOP e, por fim, no reforço da presença de grandes debates culturais da atualidade no espaço físico e mediático da UC.

## 2. O Património

---

Neste relatório sectorial, assinado por Maria Antónia Athayde Amaral, começa por se lembrar que uma grande parte dos estabelecimentos de ensino e outros edifícios sob gestão da Universidade de Coimbra inscreve-se na área *Universidade de Coimbra – Alta e Sofia*, classificada como Património Mundial em julho de 2013 (ampliada, em 2019, com a inclusão do Museu Nacional de Machado de Castro).

Este conjunto patrimonial plural – arquitetónico, arqueológico, museológico, arquivístico, bibliográfico e ambiental – foi (é e será) dinâmico e, como tal, é objeto de inúmeras transformações resultado das diacronias construtivas ditadas pelas alterações a nível estilístico e estético, adaptações impostas pelas exigências do conforto e pela adaptação a novas funções.

Alguns dos edifícios históricos encontram-se atualmente acessíveis a visita pública, em geral com bilhética instituída, e perfazem nove espaços: quatro situam-se no denominado Paço das Escolas (a Biblioteca Joanina, o Palácio Real, a Capela de São Miguel e a Sala do Atos) e os restantes cinco nas suas imediações (o Laboratório Chimico, o Jardim Botânico, o Observatório Astronómico, a Casa das Caldeiras e o Colégio de São Jerónimo).

O relatório salienta que o património em questão deve ser encarado de uma forma mais abrangente, holística, introduzindo a questão ambiental, colocando os aspetos sociais no centro do processo de tomada de decisão, considerando os aspetos económicos de forma mais dilatada e, sobretudo, garantindo que os benefícios revertem para o próprio património e para as pessoas, única forma de atingir um equilíbrio saudável entre Património Cultural e a Economia do Turismo.

O relatório recorda ainda que, como foi dito pelo Arquiteto Paulo Pereira no debate «Património e Desporto» organizado pela CCPCD em junho de 2022, a abordagem proposta deve «entender o património cultural num campo expandido», ou seja, deve focar a atenção no conhecimento do património plural acima referido mas também num património difuso, que deverá ser objeto de levantamento aplicado e que irá complementar aquilo que se pretende que venha a ser uma «Carta de Risco».

Inspirado no conceito formulado por Merrill Singer (antropólogo e médico) de «sindemia» – que pretende explicar, num neologismo que combina sinergia com pandemia, que as doenças interagem de tal forma no corpo que acabam por provocar danos maiores do que a sua mera soma –, o património deve ser entendido também em contexto social. Os agentes do património – arquitetos, gestores patrimoniais, museógrafos – deverão ser operadores sociais e simbólicos e a preservação da obra deve ser ligada à vida humana em comunidade.

Nestes termos, este relatório sectorial formula uma questão decisiva: não deverá o património da UC ser abordado na sua dimensão mais metafísica, que pode servir de alavanca na procura da resolução de problemas da atualidade, quer sejam os sociais internos, quer sejam os criados pela mobilidade das sociedades externas,

enriquecendo-nos com a memória do passado recente, ou com uma arqueologia da contemporaneidade? Com base nesta reflexão, o relatório sectorial dedicado ao Património da UC formula quatro recomendações:

i) elaboração de uma Carta de Risco, para que se concretize periodicamente a monitorização do estado de conservação dos Bens da Universidade que integram o Património da Humanidade, com o objetivo de estabelecer prioridades de intervenção tendo em conta a gradação dos níveis de risco;

ii) planificação, com carácter de urgência, de uma política coerente de gestão do fluxo turístico na UC e da gestão da oferta, sem diabolização do turismo de massas, mas reconhecendo os efeitos muito nefastos que de uma gestão descuidada podem resultar para o património. A CCPCD recomenda, por isso, a redução gradual do fluxo de visitantes ao longo dos próximos três a cinco anos, até se regressar ao patamar de sustentabilidade existente em 2015;

iii) promoção de um projeto de acessibilidades integrado e transversal dirigido a todas as pessoas com algum tipo de incapacidade física ou intelectual, não descurando o acesso a uma informação de qualidade e inteligível, através da sua divulgação em vários idiomas;

iv) criação da figura de um Curador do Património para o Paço das Escolas e demais edifícios abertos ao público que reflita a estratégia global para o património da Universidade de Coimbra, em concertação com as políticas delineadas pela Reitoria, Associação Ruas, com o Turismo e com a respetiva tutela.

### 3. A Cidadania

---

Neste relatório sectorial, assinado por Lina Coelho, começa por se reafirmar que o propósito de promoção da justiça social e da cidadania esclarecida e responsável integra os objetivos previstos na missão estatutária da UC (art.º 2º), devendo um tal desiderato nortear as atividades de investigação, ensino e prestação de serviços à comunidade.

O Plano Estratégico da UC de 2019-2023 consagra estes objetivos, ao incluir uma linha de orientação estratégica dedicada à *Cidadania, Igualdade e Inclusão* que, por sua vez, se concretiza nas seguintes orientações específicas:

a) fortalecimento da ação social, nos seus vários parâmetros; b) combate às desigualdades de género; c) fomento de políticas de inclusão social e de proteção de minorias, garantindo o direito à diferença e o direito a ter direitos; d) promoção de uma cidadania esclarecida e responsável, da coesão social e dos direitos humanos.

A auscultação e a reflexão promovidas pela CCPCD no domínio da Cidadania assumiram como quadro de referência aquelas quatro orientações específicas. Nesse processo, foi identificado um conjunto de iniciativas e de ações já implementadas pela UC neste domínio. Mas foram também apontadas algumas lacunas ou fragilidades que fundamentam as recomendações expressas neste relatório, no sentido do reforço da integração e da inclusão na UC.

Uma primeira preocupação diz respeito ao acolhimento e à integração de estudantes oriundos de países terceiros, nomeadamente os de fora da União Europeia, que constituem uma área de intervenção muito relevante para o cabal cumprimento da missão da UC. Os/as estudantes com origem nos PALOP devem merecer especial atenção, em consonância com a orientação assumida pela UC para a promoção da Lusofonia e cooperação com os PALOP. As dificuldades acrescidas de integração e de sucesso escolar destes/as estudantes decorrem, desde logo, de barreiras de natureza linguística e cultural, mas agravam-se, em muitos casos, devido às diferenças existentes entre a formação escolar pré universitária em Portugal e nos seus países de origem. Por tudo isso, este relatório sectorial recomenda:

- i) o fortalecimento dos programas de formação de português para estrangeiros (eventualmente com recurso a meios de ensino à distância), com a preocupação de os adequar aos diferentes perfis de estudantes;
- ii) o diálogo com as principais entidades financiadoras de bolsas de estudo para estudantes dos PALOP no sentido de obter o reforço necessário para um ano de formação vestibular («ano zero»), sempre que tal se justifique;
- iii) o recurso às plataformas informáticas ao dispor da UC para disponibilização de módulos formativos planeados para colmatar discrepâncias de formação prévia já identificadas;
- iv) a institucionalização de formas de apoio prestado por pares (nomeadamente recorrendo ao programa GPS – Voluntariado para Apoio a Estudantes Internacionais).

Uma segunda preocupação diz respeito ao combate às desigualdades de género. A adoção do Plano para a Igualdade, Equidade e Diversidade (P.I.E.D., 2019-2023) constituiu um marco importante, mas é crucial o acompanhamento, a monitorização e a avaliação do plano, assim como a adequação da estratégia subjacente às necessidades supervenientes ou lacunas detetadas. Em novos domínios de intervenção, como este, a consolidação é essencial para assegurar que ocorra uma verdadeira mudança. As melhores práticas internacionais demonstram que só através da criação de uma instância específica para esse efeito se consegue garantir um percurso sustentado de promoção da igualdade.

Neste sentido, o relatório recomenda:

- i) a criação de uma comissão, grupo ou comité formalmente dotado de capacidade e competências para assegurar o acompanhamento, a monitorização e a avaliação do P.I.E.D.;
- ii) a atribuição de recursos técnicos e científicos específicos, e especializados, às tarefas de implementação do Plano (ex. Gabinete para a Igualdade da UC), capazes de assegurar o apoio técnico especializado requerido a ações conducentes à sustentação futura de uma verdadeira estratégia para a igualdade da UC;
- iii) a adoção de suporte comunicacional adequado à publicitação integrada das medidas, recursos e instrumentos já adotados na UC. A criação de uma área do sítio web dedicada à Cidadania e à Inclusão poderia dar resposta mais adequada a esta necessidade.

Uma terceira preocupação tem que ver com a realidade dos estudantes com necessidades especiais, que enfrentam dificuldades de integração e sucesso escolar acrescidas e diferenciadas. O desenvolvimento da iniciativa *UC for All* é, pois, da maior relevância. A experiência acumulada na UC ao longo de mais de três décadas constitui uma base muito sólida para a intervenção multidimensional neste domínio. Importa, sobretudo, assegurar efetiva capacidade de articulação, comunicação e integração de esforços entre os diversos serviços por forma a assegurar eficiência e eficácia na intervenção. Neste sentido, o relatório recomenda:

- i) a elaboração de um diagnóstico fundamentado sobre as necessidades existentes;
- ii) a consolidação e reforço do Núcleo de Integração e Aconselhamento atualmente existente no âmbito dos SASUC, por forma a instituir um verdadeiro Gabinete de Inclusão na UC, dotado dos recursos e competências adequados;
- iii) a atualização do diagnóstico existente e a implementação de um plano plurianual para a eliminação de barreiras arquitetónicas em todo o edificado e espaços adjacentes.

Uma quarta preocupação inscreve-se no domínio do combate ao racismo e à discriminação – um processo sempre inacabado e que requer a adoção de ações integradas nos diversos âmbitos de atuação da universidade, envolvendo toda a comunidade universitária. O Plano Nacional de Combate ao Racismo e à Discriminação (P.N.C.R.D., 2021-2025) contempla um conjunto de medidas a adotar no Ensino Superior (Área 3), constituindo um referencial a ter em conta neste domínio. Nesse sentido, recomenda-se: a prossecução das ações conducentes à aplicação na UC das medidas previstas no citado Plano Nacional, em particular, a adoção de um Código de Conduta de Prevenção e Combate ao Racismo e Discriminação.

Por fim, este relatório sectorial considera ainda outras fragilidades da UC no domínio da Cidadania, as quais se manifestam de forma transversal aos diferentes domínios analisados. Tal situação conduz a algumas recomendações suplementares:

- i) o reforço da sensibilização, formação e capacitação de todos os agentes (estudantes, docentes e funcionários) nos domínios da cidadania, da multiculturalidade e do respeito pelas diferenças. Merece especial atenção a formação dos/as funcionários/as dos vários serviços de atendimento;
- ii) o fomento do voluntariado, nomeadamente do corpo estudantil, para intervenção estruturada e direcionada nos vários domínios considerados. Neste sentido, saúda-se o surgimento da plataforma «UC Transforma» e do seu braço social («UC Social»).
- iii) a adoção de uma estratégia comunicacional que promova a visibilidade dos planos, ações e recursos já existentes na UC. Apela-se a uma organização da informação que assegure sistematização e integração, facilidade de consulta e identificação rápida dos contactos e serviços disponíveis para informação e apoio.

Este relatório sectorial sublinha, por fim, a importância da ampla divulgação do mecanismo recentemente criado para apresentação de queixas e denúncias, com garantia de proteção das vítimas, tanto mais que uma ampla e sistemática divulgação de uma estratégia de combate ao assédio e à discriminação é, em si mesma, dissuasora dos comportamentos abusivos.

## 4. O Desporto

Neste relatório sectorial, assinado por Pedro Couceiro (mas que contou com uma colaboração significativa de Renato Daniel), começa por se recordar que o desporto na UC «tem como objetivo proporcionar e incrementar a prática desportiva regular entre a população universitária, mas também entre a comunidade em geral» (Preâmbulo do Regulamento do Estádio Universitário, 2020). A partir deste ideal, a CCPCD centrou-se em três aspetos principais: a) o estatuto de apoio ao atleta de pré-alto rendimento; b) o intercâmbio de experiências entre atuais estudantes e antigos atletas; c) o levantamento das necessidades do desporto universitário.

Em relação ao primeiro aspeto, o relatório considera crucial que se pense em formas especiais de apoio a atletas em regime de pré-alto rendimento que estejam a ingressar na UC, ou a tentar prosseguir os seus estudos universitários. O regime nacional oficial premeia pouco esses alunos/atletas, privilegiando os desportistas em escalão olímpico, ou em alto rendimento. O relatório reconhece que nos últimos anos tem existido um esforço dos organismos centrais (IPDJ e SEJD) para apoiar os jovens nestas condições, através da chamada «Carreira Dual». No entanto, continua a existir um grande vazio de normas: o que existe, na prática, continuam a ser as regras de atribuição do regime de alto rendimento e um ou outro conjunto de intenções sem expressão concreta significativa. Seja porque os estabelecimentos de ensino, não sendo obrigados a tal, acabam por estar pouco preparados ou sensibilizados para esta matéria; seja porque os benefícios para os jovens com possibilidade de integrar esse programa não são suficientes, face às exigências profissionais ou desportivas inerentes.

Assim, deverá haver, por parte da UC, uma minimização das disparidades que existem nos critérios oficiais, o que permitiria um melhor aproveitamento dos jovens atualmente excluídos do estatuto de atleta de alta competição. Entre as novas medidas para estimular a «carreira dual», sugere-se a criação de Bolsas de Apoio a Estudantes-Aletas, assim como uma reformulação no reconhecimento, pela UC, do estatuto de atleta de alto rendimento. A cidade de Coimbra, e em particular a sua universidade, foram durante décadas um polo de concentração de estudantes/desportistas e até por isso deverá fazer algo de consistente e continuado no sentido de honrar essa sua tradição.

No que toca ao segundo aspeto, o relatório salienta a importância que pode ter a realização de encontros entre os atuais estudantes e ex-atletas internacionais que, independentemente de terem ou não sido alunos na UC, possam partilhar experiências, dificuldades ou ideias. Ao promover este tipo de ações, permitindo o contacto com quem (apesar de uma prática desportiva intensa e exigente) conseguiu prosseguir os seus estudos até tarde, a UC estará a ajudar no aconselhamento e a dar visibilidade a quem o fez, do mesmo modo que sublinharemos a importância de ter um bom plano para o futuro por parte de quem estiver a braços com essa dupla atividade.

Neste ponto, o relatório destaca ainda a relevância da área do desporto adaptado, citando como exemplo modelar a criação da pró Secção de Boccia da AAC (que participou, aliás, nos debates organizados pela CCPCD). Quanto ao terceiro aspeto – o do levantamento das necessidades do Desporto Universitário – o relatório afirma que a Comissão tem em mente, até ao final do mandato do atual Conselho Geral, fazer um estudo mais profundo nesta matéria. Entretanto, o relatório explicita que um tal levantamento não deve esquecer a importância do fomento da atividade desportiva sem fins competitivos por parte de toda a comunidade escolar – docentes, funcionários não docentes e estudantes. O relatório do sector do Desporto remata com quatro recomendações:

- i) criação ou reforço dos mecanismos de apoio (nomeadamente letivos) à «carreira dual» (estudantes-atletas);
- ii) promoção de encontros regulares entre antigos estudantes-atletas de alta competição e jovens praticantes;
- iii) apoio ao desporto adaptado em gestação na UC e AAC;
- iv) estudo de formas de dinamização e sustentabilidade do desporto universitário, nomeadamente em articulação com a Câmara Municipal de Coimbra.

## 2. Relatório Final da Comissão de Cultura, Património, Cidadania e Desporto

# Introdução

A Comissão de Cultura, Património, Cidadania e Desporto [CCPCD] do Conselho Geral [CG] da Universidade de Coimbra (mandato de 2020-2024) é composta por dez membros: Alexandrina Mendes (docente, FFUC); Anabela Mota Ribeiro (membro externo); Ana Paula Arnaut (docente, FLUC); Conceição Fonseca (funcionária não docente, SASUC); João Gouveia Monteiro (docente, FLUC); Lina Coelho (docente, FEUC); Maria Antónia Amaral (membro externo); Nuno Moita (membro externo); Pedro Couceiro (membro externo); e Renato Daniel (estudante).

Constituída no primeiro trimestre de 2021, logo após o termo do processo de cooptação dos membros externos do Conselho, a CCPCD reuniu pela primeira vez no dia 12 de abril de 2021. Depois dessa data, a comissão encontrou-se por mais nove vezes, perfazendo um total de dez reuniões realizadas nos seguintes dias: 12-IV-21; 10-V-21; 15-VI-21; 21-VII-1; 25-X-21; 6-XII-21; 24-I-22; 7-III-22; 11-VII-22; e 24-X-22.

Desde o início, eleito o coordenador (João Gouveia Monteiro) e definido o ritmo de trabalho (média de uma reunião por cada dois meses), a comissão tratou de definir os seus objetivos gerais e produziu um power-point com os tópicos mais importantes a analisar em cada uma das suas quatro áreas (Cultura, Património, Cidadania e Desporto), assim como as personalidades a escutar em cada uma delas. Esse documento foi partilhado com a Sra. Presidente do Conselho Geral e com os membros da Comissão de Estratégia e Internacionalização, onde têm assento, entre outros conselheiros, os coordenadores de todas as comissões. Foi também feito um breve resumo deste projeto em sede de plenário do CG-UC.

Para o cumprimento da sua tarefa de produção de um relatório final devidamente fundamentado e incisivo a apresentar ao plenário do Conselho Geral em 2022-2023, a CCPCD estabeleceu uma metodologia que previa a organização do seu trabalho em três fases:

- i) audições a convidados internos e externos à UC, com vista a recolher informação especializada em cada uma das quatro áreas citadas;
- ii) discussão dos resultados dessas audições no seio da comissão e produção de relatórios sectoriais em cada uma das áreas;
- iii) discussão pública desses relatórios.

De acordo com esta metodologia, que foi rigorosamente cumprida, a CCPCD promoveu, entre julho e novembro de 2021, nove audições, que se realizaram nas seguintes datas e com os seguintes interlocutores:

- A 7 de julho de 2021, com o Sr. Vice-Reitor para a área da Qualidade, Desporto e Serviços de Ação Social (também Diretor do Estádio Universitário); a Sra. Diretora-Adjunta do Estádio Universitário; o Vice-Presidente da Direção-Geral da AAC com a pasta do Desporto; e o Vogal da Direção-Geral da AAC indigitado para a política desportiva.
- A 15 de julho de 2021, com uma equipa do Centro de Estudos Sociais, composta pelo seu Diretor; as Sras. Presidente e Vice-presidente do Conselho Científico; a Sra. Diretora Executiva; e outros três investigadores em áreas onde o CES tem desenvolvido bastante trabalho (nomeadamente: Educação para a multiculturalidade; Plano de Igualdade, Equidade e Diversidade; e Sustentabilidade).
- A 22 de julho de 2021, com o Presidente interino da Direção Geral do Património Cultural (DGPC); um responsável da Divisão de Salvaguarda da DGPC; a Sra. Diretora Coordenadora da Direção de Valorização da Oferta do Turismo de Portugal; o Diretor da Escola de Hotelaria e Turismo de Coimbra; e a Direção Regional de Cultura do Centro.
- A 7 de setembro de 2021, com a Sra. Diretora do Instituto Português do Desporto e Juventude da Região Centro.
- A 17 de setembro de 2021, com as associações de estudantes sediadas na Casa da Lusofonia (compareceram: Brasil, Cabo Verde, Timor-Leste e Erasmus Student Network) e com o Sr. Vice-Reitor para as Relações Internacionais;
- A 28 de setembro de 2021, com o Sr. Vice-Reitor para o Património, Edificado e Infraestruturas;

- A 4 de novembro de 2021, com os Sr. Vice-Reitor da UC para a Qualidade, Desporto e Serviços de Ação Social; a Sra. Vice-Reitora para os Assuntos Académicos e Atratividade de Estudantes Pré-graduados; o Sr. Vice-Reitor para as Finanças e os Recursos Humanos (também Administrador da UC); o Administrador dos SASUC; e o Diretor dos Cursos de Português como língua estrangeira ministrados na FLUC.
- A 19 de novembro de 2021, com o Sr. Presidente da Câmara Municipal de Coimbra (que detém igualmente a pasta da Cultura);
- A 25 de novembro de 2021, com o Sr. Administrador dos SASUC e com a Sra. Coordenadora da Divisão de Oferta Integrada de Serviços dos SASUC.

No dia 8 de outubro de 2021, no âmbito do colóquio internacional «Sustentabilidade e Património – os desafios do Turismo», de cuja organização fez parte, a CCPCD participou numa mesa-redonda sobre aquele tema, em que intervieram também: a Biblioteca Geral da UC (BGUC); a Câmara Municipal de Coimbra; o Centro de Geografia e Ordenamento do Território (CEGOT); a Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Centro; a Direção Geral do Património Cultural; a Direção Regional de Cultura do Centro; a Reitoria da UC; o Turismo de Portugal; o Turismo Centro Portugal; e um membro da equipa do Departamento de Engenharia Mecânica da FCTUC que promove as monitorizações quinzenais (de temperatura, humidade e poluição) no interior da Biblioteca Joanina.

Deve sublinhar-se que o citado colóquio internacional sobre «Sustentabilidade e Património – os desafios do Turismo» (Auditório da Reitoria e Biblioteca Geral da UC, 7 e 8 de outubro de 2021), uma co-organização da CCPCD, do CEGOT e da BGUC com o apoio da Reitoria da UC, beneficiou da presença de mais de 100 participantes, e das apresentações presenciais ou por vídeo de intérpretes de experiências relevantíssimas de salvaguarda de património nos seguintes lugares classificados: Alhambra de Granada (Espanha); biblioteca do Trinity College (Dublin, Irlanda); Museu de Arte de Olomouc (República Checa); e Cappella degli Scrovegni de Pádua (Itália). O evento teve ainda duas grandes conferências: uma de abertura, por Maria Gravarí Barbas (responsável pela Cátedra UNESCO, em Paris); e outra de encerramento, por Ana Paula Amendoeira (Diretora Regional da Cultura do Alentejo; eleita em 2011 Presidente Internacional do Conselho dos Monumentos e Sítios / ICOMOS em Portugal). Os documentos audiovisuais apresentados nestas sessões foram partilhados com a Sra. Presidente do Conselho Geral da UC e com a Reitoria da UC (Sr. Vice-Reitor para o Património, Edificado e Infraestruturas).

Em cada uma das dez reuniões atrás citadas foram produzidos Memorandos, os quais foram sempre validados por todos os intervenientes nessas sessões e enviados à Sra. Presidente do Conselho Geral, para que pudessem ser disponibilizados aos membros do CG-UC se assim o entendesse. De todo o trabalho de auscultação prévia (num total de 10 audições envolvendo cerca de 30 parceiros, internos e externos) resultaram cerca de 20 horas de reunião e 63 páginas de Memorandos sobre o que ali foi dito e proposto. Entre as três dezenas de parceiros envolvidos destacam-se treze entidades coletivas, seis das quais podemos considerar ‘internas’ e as outras sete ‘externas’:

→ INTERNAS:

- Associação Académica de Coimbra;
- Casa da Lusofonia.
- Centro de Estudos Sociais;
- Faculdade de Letras da UC (Cursos de Português como Língua Estrangeira);
- Reitoria (Vice-Reitores Alfredo Dias, António Figueiredo, Calvão da Silva, Cristina Albuquerque e Luís Neves);
- Serviços de Ação Social da UC.

→ EXTERNAS:

- Câmara Municipal de Coimbra;
- Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Centro;
- Direção Geral do Património Cultural;
- Direção Regional da Cultura do Centro;
- Instituto Português do Desporto e Juventude da Região Centro.
- Turismo de Portugal;
- Turismo Centro Portugal;

Como se depreende, a intenção da CCPCD foi, desde o início, atuar com a isenção que deve ser própria do Conselho Geral, o qual deve manter uma relação colaborativa e transparente com a Reitoria da UC, sem contudo se subordinar a ela para a formulação dos seus juízos críticos e recomendações.

Seguiu-se – como referido – a produção de relatórios sectoriais internos, nas áreas da Cultura (João Gouveia Monteiro), do Património (Maria Antónia Athayde Amaral), da Cidadania (Lina Coelho) e do Desporto (Pedro Couceiro e Renato Daniel), tarefa que ocupou a comissão entre dezembro de 2021 e fevereiro de 2022. Tais relatórios foram partilhados com a Sra. Presidente do Conselho Geral assim que finalizados.

Em março de 2022, a comissão começou a preparar dois debates públicos amplos, para discussão dos seus relatórios. O primeiro desses debates teve lugar na Biblioteca Geral da UC no dia 5 de maio de 2022 (Dia da Língua Portuguesa) e constou de duas mesas redondas, uma sobre «Cultura» e outra sobre «Cidadania», com o seguinte alinhamento:

- Mesa-redonda sobre «CULTURA»: Moderador da CCPCD (João Gouveia Monteiro). Participantes: Delfim Leão (Vice Reitor da UC para a Cultura e Ciência Aberta); João Rui Pita (FFUC, historiador de ciência); Maria João Meireles Pereira (ex-Secretária Geral do Conselho Cultural da AAC); e Sara Amaral (coordenadora do gabinete de comunicação de ciência do Centro de Neurociências e Biologia Celular da UC).
- Mesa-redonda sobre «CIDADANIA»: Moderadora da CCPCD (Lina Coelho). Participantes: Madalena Duarte (investigadora do CES); Maria de Belém Roseira (Conselheira do Presidente da Fundação Altice, ex-Ministra para a Igualdade); Maria João Rodrigues (SASUC, Núcleo de Acolhimento e Integração); e Padre Paulo Simões (Capelão da UC e Diretor do Instituto Universitário Justiça e Paz);

O segundo debate público decorreu no dia 22 de junho de 2022 (IXº aniversário da classificação pela UNESCO de «Coimbra – Alta e Sofia» como Património Mundial da Humanidade), também na Biblioteca Geral da UC, e constou de outras duas mesas-redondas, uma sobre «Património» e outra sobre «Desporto». O alinhamento foi o seguinte:

- Mesa-redonda sobre «PATRIMÓNIO»: Moderadora da CCPCD (Maria Antónia Athayde Amaral). Participantes: Isabel Cordeiro (Secretária de Estado da Cultura); Maria José Azevedo Santos (Profª da FLUC, ex-Diretora do AUC, ex-Vice Presidente da CMC e Vereadora da Cultura: património documental e bibliográfico); Paulo Pereira (ex-Vice Presidente do IPPAR); e Paulo Trincão (Diretor do Museu da Ciência: património científico).

- Mesa-redonda sobre «DESPORTO»: Moderador da CCPCD (Pedro Couceiro). Participantes: Bernardo Lopes (aluno de 2.º Ciclo da FLUC e Presidente da pró-secção de Boccia da AAC); Catarina Costa (aluna da FMUC, atleta olímpica de Judo); Paulo Bernardo (Diretor do Departamento da Educação, Desporto e Juventude da Câmara Municipal de Coimbra); e Mário Santos (ex-membro do CG-UC, Chefe da Missão Olímpica Portuguesa a Londres 2012, Diretor dos Jogos Universitários Europeus de Coimbra 2018, ex-Coordenador do Gabinete do Desporto da UC).

Concluídos estes dois eventos (que tiveram, cada qual, uma participação de cerca de 80 pessoas, entre as quais se incluíram alguns Vice-Reitores, o Sr. Presidente da Câmara Municipal de Coimbra e o Presidente da AAC), a CCPCD entendeu que tinha condições para produzir (entre julho e outubro de 2022) o seu relatório final, que veio a ser apresentado e discutido no plenário do Conselho Geral realizado no dia 19 de dezembro de 2022. É esse documento que, depois de introduzidas todas as sugestões que resultaram desse debate, seguidamente se apresenta. A sua estrutura é fácil de descrever: após esta Introdução, seguem-se os documentos das quatro áreas sob tutela da CCPCD, pela mesma ordem e com os mesmos autores dos relatórios sectoriais preliminares: Cultura (João Gouveia Monteiro); Património (Maria Antónia Athayde Amaral); Cidadania (Lina Coelho); e Desporto (Pedro Couceiro e Renato Daniel).

Em cada um destes quatro documentos existe uma parte consagrada à *análise* e uma outra composta por *recomendações* a aprovar pelo Conselho Geral. Todos os documentos têm em conta os resultados das audições preliminares e dos debates públicos, calibrados pela reflexão da comissão nas suas reuniões sucessivas. Optou-se por um estilo conciso e direto, sem prejuízo de boa fundamentação, de modo a facilitar a legibilidade do documento e a imprimir-lhe um cunho prático que permita a sua boa articulação com futuros Planos Estratégicos e de Ação da Universidade de Coimbra.

Os membros da CCPCD têm noção da existência de outros temas relevantes relacionados com a sua área de intervenção, os quais podem ser objeto de análise e de *recomendações* ao Conselho numa fase posterior da sua atividade. Na discussão travada no plenário do CG de dia 19 de dezembro foram identificados dois desses temas: i) a análise (necessariamente em partilha com outras comissões do CG) da situação ao nível do acesso ao emprego por parte dos jovens universitários, no sentido de se perceber melhor onde se poderá atuar e que medidas adotar (tanto a nível interno, como a nível externo), de modo a contribuir para a promoção de um emprego de qualidade, que reconheça o valor adquirido pelos jovens universitários durante a sua formação (humana e profissional) na Universidade de Coimbra; ii) uma averiguação cuidadosa das circunstâncias em que se encontra o projeto do Museu da Ciência da Universidade de Coimbra, quer do ponto de vista do estado das respetivas coleções, quer no que diz respeito às perspetivas do seu (re)enquadramento a nível regional e nacional.

No final de tudo, foi organizado um Anexo com a priorização das recomendações apresentadas nos quatros setores em análise. Este anexo encontra-se organizado em três partes: i) medidas de curto prazo (tendo como horizonte o termo do mandato do atual Conselho Geral, em finais de 2024); ii) medidas a médio-prazo (tendo como horizonte o Plano Estratégico da UC para 2023-2027); iii) projetos envolvendo parcerias.

Para uma consulta mais rápida das ideias nucleares do relatório e das respetivas recomendações, preparou-se também, em documento separado um Sumário Executivo.

Os membros da CCPCD desejam, por fim, agradecer à Senhora Presidente do Conselho Geral, Dra. Gabriela Figueiredo Dias, o apoio dispensado ao longo dos seus trabalhos (atenção dedicada aos documento enviados, visibilidade nas reuniões plenárias, financiamento das iniciativas públicas, entre outros aspetos). À Sra. Dra. Tânia Covas, Secretária do Conselho Geral, o testemunho do nosso grande apreço e reconhecimento por nos ter tornado tudo mais fácil, desde a convocação de diversas reuniões até à divulgação pública das iniciativas, para além da mediação com a Sra. Presidente do CG-UC, tudo com notável rapidez e eficiência. A todos/as os/as conselheiros/as, muito obrigado pelo incentivo e pelas sugestões de aperfeiçoamento apresentadas.

Alexandrina Mendes  
Anabela Mota Ribeiro  
Ana Paula Arnaut  
Maria Conceição Fonseca  
João Gouveia Monteiro  
Lina Coelho  
Maria Antónia Amaral  
Nuno Moita  
Pedro Couceiro  
Renato Daniel



PARTE I:  
Análise e recomendações  
na área da Cultura

(Relator: João Gouveia Monteiro)

De entre as múltiplas maneiras de pensar o que é a “cultura”, a definição proposta pelo escritor caribenho Aimé Césaire (Martinica, 1913-2008), conhecido como “o poeta da negritude”, é particularmente estimulante: “cultura é tudo aquilo que o homem inventou para tornar o mundo mais vivível e ser capaz de enfrentar a morte”. Não se duvide da relevância da cultura na formação dos jovens e dos cidadãos, nem se questione a articulação íntima entre o conceito matricial de “universidade” e essa missão apaixonante que consiste em garantir a formação humanística e integral dos indivíduos.

A Universidade de Coimbra [UC], cujas origens longínquas remontam aos finais do século XIII, foi, até à implantação da República, em 1910, a única universidade portuguesa, a ela tendo competido a formação dos quadros que materializaram a expansão do reino à escala planetária. Logo no Artigo 2.º (“Missão”) dos Estatutos da Universidade de Coimbra, pode ler-se que a UC é “uma instituição de criação, análise crítica, transmissão e difusão de cultura, de ciência e de tecnologia” que contribui para a “cidadania esclarecida e responsável”. Mais adiante, no Artigo 5.º (sobre os “Fins da Universidade”), mesmo a abrir (alínea “a”), enfatiza-se o propósito da “formação humanística, filosófica, científica, cultural, tecnológica, artística e cívica”.

Numa palavra, reconhece-se que uma universidade é muito mais do que um lugar de formação profissionalizante, é um espaço aberto ao mundo e à vida, preocupado com a preparação de cidadãos capazes de lerem o mundo e de contribuírem de forma esclarecida para a construção de uma sociedade mais justa e mais fraterna.

Com os seus cerca de 24 753 estudantes nos três ciclos (c. 20% dos quais não portugueses, oriundos de mais de 100 países diferentes), 2.089 docentes e investigadores e ainda 994 elementos do Corpo Técnico (dados de 30-09-22, recolhidos através do Sistema Integrado de Organização do Estudo), cabe à UC não só garantir as condições materiais indispensáveis como também promover ativamente a intervenção e a fruição cultural dos seus membros. Os jovens, sobretudo, precisam de se emocionar diante das grandes criações artísticas, musicais e literárias, uma valência nuclear na educação da sua sensibilidade e uma condição indispensável à sua própria afirmação como indivíduos. Mas também os ‘menos jovens’, sejam eles professores ou funcionários não docentes, sentem o desejo e a necessidade de alargar os seus horizontes culturais, através de um contacto mais regular com áreas do saber distintas daquelas em que se especializaram profissionalmente.

Ora, atualmente, as iniciativas culturais ocupam um lugar ainda discreto na constelação das atividades universitárias coimbrãs, no imaginário estudantil, no cerimonial universitário e nas preocupações dos docentes, dos funcionários e dos responsáveis da UC (não por acaso, o Provedor do Estudante praticamente não recebe participações relacionadas com esta área). A cultura está presente, mas, apesar da introdução recente de projetos muitíssimo válidos (como os ciclos Orphika e Mimesis) e da importância da realização anual das Semanas Culturais, permanece com um estatuto claramente subordinado às exigências de formação científica e técnica dos nossos jovens. Isso configura um empobrecimento e uma visão redutora da missão universitária, em sentido pleno, e permite identificar um campo de intervenção estratégica em que a UC tem tudo a ganhar e absolutamente nada a perder.

Pensemos, por exemplo, no caso do associativismo estudantil, que em Coimbra apresenta características muito próprias, uma organização centralizada bastante peculiar e um potencial extraordinário. É muito importante que este valor seja otimizado, o que exige uma atenção carinhosa relativamente às condições em que atualmente se trabalha no edifício sede da Associação Académica de Coimbra, situado na Rua Padre António Vieira. Por outro lado, é crucial que o Observatório da Cultura da UC se mantenha em funcionamento regular e seja capaz de adaptar cada vez melhor os seus objetivos quadrienais às particularidades do calendário estudantil, proporcionando condições para a concessão de mais apoios e, com isso, puxando ele próprio pelo fomento da cultura e das artes no universo estudantil. Preservar e intensificar o reconhecimento institucional (desde logo ao nível dos suplementos aos diplomas, que já existem) para com aqueles que mais e melhor trabalho produzem nesta frente do associativismo estudantil configura uma preocupação central que deve continuar a ser valorizada.

Do mesmo modo, não se pode esquecer que a UC dispõe de nove Unidades de Extensão Cultural e Apoio à Formação [UECAF], que constituem uma riqueza inestimável e sem paralelo em nenhuma universidade portuguesa:

- Arquivo;
- Biblioteca das Ciências da Saúde;
- Biblioteca Geral;
- Centro de Documentação 25 de Abril;
- Estádio Universitário.
- Imprensa;
- Jardim Botânico.
- Museu da Ciência;
- Teatro Académico de Gil Vicente;

O papel desempenhado diariamente pelas UECAF na manutenção da identidade da UC, no apoio ao ensino e à investigação científica (interna e externa à UC) e na relação interativa da Universidade de Coimbra com a comunidade é relevantíssimo. Para a UC e para a própria cidade. Repare-se que o Arquivo da UC cumpre também a função de Arquivo Distrital, do mesmo modo que o TAGV funciona como um teatro municipal e que o Jardim Botânico está permanentemente aberto a quem o queira visitar e conhecer melhor. Por fim, diga-se desde já que várias destas nove unidades desenvolvem com regularidade projetos e atividades conjuntas.

As UECAF precisam de ser acarinhadas e reconhecidas institucionalmente. Além do seu papel de interface da UC com a comunidade, quer a nível local, quer regional, nacional ou mesmo internacional, elas cumprem uma missão insubstituível. Em várias delas conservam-se as próprias matérias-primas imprescindíveis ao estudo e à produção do conhecimento. Na sua maior parte, as UECAF estão instaladas em espaços que têm grande relevância para a cidade e para o país, boa parte deles integrados na área classificada em 2013 pela UNESCO como Património Mundial da Humanidade; a manutenção desses espaços é uma das suas mais pesadas responsabilidades, sempre sujeita a um escrutínio público muito severo.

Por tudo isto, é crucial dedicar uma atenção redobrada a estas nove unidades – cuja importância, aliás, a pandemia pôs inteiramente a nu – e, ao mesmo tempo, fomentar a sua intercolaboração, objetivo apenas possível de alcançar a partir do momento em que a tutela for capaz de promover encontros regulares entre elas, de onde poderão surgir projetos conjuntos muito mobilizadores e atraentes para toda a comunidade académica de Coimbra e para a cidade.

Uma outra questão muito enfatizada nas audições que precederam a produção deste relatório tem que ver com a importância da comunicação de ciência. A UC já possui experiências pioneiras muitíssimo bem-sucedidas neste domínio, em especial a do Centro de Neurociências [CNC], onde cerca de cinco centenas de investigadores se aplicam regularmente na divulgação de descobertas importantes junto de colegas e de jornalistas, encarregando-se de explicar por palavras simples o que está nos artigos científicos. Trata-se de um retorno obrigatório junto de uma sociedade que financia, através dos impostos, a investigação científica. É preciso consolidar e alargar a experiência do CNC ao máximo possível de áreas e, ao mesmo tempo, atuar também junto de escolas, de companhias de teatro, das UECAF, dos grandes centros culturais (como o Convento de São Francisco), da cidade (a realização da Noite dos Investigadores na Baixa de Coimbra é um exemplo de sucesso), numa lógica de trabalho integrado com todos, em nome de um bem maior: a divulgação (rigorosa) da ciência do seio da sociedade, para que esta seja depois capaz de tomar decisões acertadas e eficazes.

Este assunto tem afinidades óbvias com um outro, que diz respeito à necessidade de fomentar o encontro, o convívio e o diálogo entre as diversas áreas e setores científicos da UC. A nossa universidade tem uma organização interna estruturada em três polos (quatro, se contarmos também o núcleo da FEUC), distantes uns dos outros, o que favorece uma certa ‘balcanização dos saberes’, e não o respetivo encontro e fecundação mútua. Seria importante encontrar formas de mitigar esta insuficiência, a exemplo do que já sucede em outras universidades portuguesas, contribuindo assim de uma forma mais assertiva para a renovação da cultura universitária, em sentido amplo.

O sucesso de muitas das missões que identificámos passa também pela capacidade de garantir uma melhor divulgação dos eventos de natureza cultural e científica que se produzem no seio da UC, da cidade e até da Região Centro. Neste sentido, a existência de uma agenda capaz de reunir e de anunciar ao grande público, com a devida antecedência e de forma exata, os principais eventos promovidos quer pela UC quer pela Câmara Municipal de Coimbra, é um instrumento estratégico de grande importância. Independentemente do formato (papel, online, misto, eventualmente até acessível por telemóvel), da periodicidade mais ou menos apertada e de uma maior ou menor sectorialização, uma boa agenda cultural pode dar um contributo relevante para uma maior e melhor formação e fidelização de públicos. A verdade é que Coimbra tem cerca de 140 000 habitantes, mas está provado que apenas 1000 a 2000 assistem com alguma regularidade a espetáculos e outras iniciativas de natureza cultural. Torna-se por isso crucial chegar a outras pessoas e a outras zonas da cidade, com eficácia e credibilidade. O caso da agenda da *Cooletiva* («Revista digital de Jornalismo de Soluções») é um exemplo feliz e, nesta matéria, bastante revelador da utilidade de um tal instrumento.

Isto conduz-nos a um último ponto da nossa reflexão: a importância de uma colaboração estreita entre a Universidade e a Câmara Municipal de Coimbra, sem dúvida as duas instituições mais estruturantes da cidade, como a História bem documenta. Este caminho é indispensável para a UC poder alimentar o seu natural desejo de inserção cada vez mais profunda em redes nacionais e internacionais e para poder executar projetos mais arrojados e mais sólidos de realização cultural, por exemplo ao nível da literatura e das artes. Ao mesmo tempo, uma dinâmica concertada entre município e universidade permitiria ajudar a fazer de Coimbra um palco privilegiado de pelo menos alguns dos debates temáticos da maior atualidade na cultura contemporânea. Um outro exemplo do interesse desta colaboração entre as duas principais instituições da cidade é o do projeto do Museu da Língua, inspirado no de São Paulo e concebido a partir da candidatura de Coimbra a Capital Europeia da Cultura – 2027.

Seguem-se algumas recomendações concretas, resultantes das considerações anteriores e com o fito de identificar caminhos e soluções práticas de materialização dos objetivos e preocupações enunciados.

## Recomendações

**1.<sup>a</sup> – Criação de um “Círculo Universitário”** aberto a docentes, a estudantes e a funcionários, que se possa assumir como um “lugar de encontro” entre pessoas atualmente dispersas pelos vários polos da UC e, ao mesmo tempo, como uma “casa de cultura” com uma programação regular própria alimentada pelo diálogo interdisciplinar, pela divulgação científica de alta qualidade e pelo desejo de superação da dicotomia clássica entre as “duas culturas” (a ‘humanística’ e a ‘tecnológica’).

**2.<sup>a</sup> – Promoção de formas de estimular o (re)encontro dos nossos jovens com a Literatura**, através da organização de eventos inovadores e desafiantes nestas áreas, capazes de os sensibilizar para a fruição cultural e para a relevância da dimensão formativa não profissionalizante de uma grande universidade. Neste particular, uma coordenação regular (nunca antes ensaiada) entre as nove UECAF da UC poderia configurar um contributo precioso, completado com uma articulação estreita com as direções das faculdades e com a Associação Académica de Coimbra (em especial, com as Secções Culturais e os Organismos Autónomos).

**3.<sup>a</sup> – Colaboração ativa e intensa entre a Universidade de Coimbra e a Câmara Municipal de Coimbra na área da cultura.** Dessa sinergia conviria que resultasse, por exemplo:

- a) a elaboração de um projeto sólido e exequível de construção de uma Agenda Cultural (digital) conjunta minimamente ágil, que possa contribuir para uma divulgação mais alargada e oportuna da oferta cultural da cidade, facilitando também uma maior coordenação entre as estruturas promotoras;
- b) a organização de “residências culturais/artísticas” pontuais, que permitam satisfazer carências sensíveis (p. ex., em áreas como a Dança) e contribuam para o crescimento da oferta cultural futura da cidade;
- c) a promoção de eventos culturais regulares na área da(s) cultura(s) dos países de língua oficial portuguesa;
- d) o reforço da presença dos grandes debates culturais da atualidade no espaço físico e mediático da Universidade de Coimbra, através da promoção regular de eventos de qualidade, com convidados nacionais e internacionais.

“Deus quer, o homem sonha, a obra nasce”: Fernando Pessoa convida-nos a pugnar para que a cultura na Universidade de Coimbra não seja uma ‘flor na lapela’ e se torne um desígnio estruturante de uma formação virada para a cidadania. O que só poderá acontecer num ambiente propício ao encontro dos olhares e dos saberes que nos distinguem realmente como seres diferenciados, graças à nossa capacidade de reflexão, de invenção e de transmissão de realizações extraordinárias, mas também das mais nobres ideias e valores. Como se pode ‘ler’ no programa iconográfico dos belíssimos tetos setecentistas da Biblioteca Joanina, o conhecimento também é crucial porque incute valores que nos ajudam a separar o trigo do joio, ou seja, a valorizar a *honor* e a *virtus* que uma verdadeira formação universitária deve promover.



PARTE II:  
Análise e recomendações  
na área do Património

(Relatora: Maria Antónia Athayde Amaral)

Uma grande parte dos estabelecimentos de ensino e outros edifícios sob gestão da Universidade de Coimbra inscreve-se na área Universidade de Coimbra – Alta e Sofia, classificada como Património Mundial na 37.<sup>a</sup> sessão do Comité do Património Mundial da UNESCO, em julho de 2013 (ampliada, em 2019, com a inclusão do Museu Nacional de Machado de Castro).

Relevou-se, nesta candidatura, o valor excecional deste conjunto enquanto centro de formação da elite portuguesa durante séculos e no papel que esta instituição desempenhou, além-fronteiras, no desenvolvimento institucional e arquitetónico das universidades do mundo lusófono.

Como critérios genéricos de apreciação para a sua classificação evidenciaram-se, entre outros, a Integridade e a Autenticidade do conjunto arquitetónico que compõe a cidade universitária, com valor universal excecional, plasmado nos edifícios de várias épocas e estilos, que espelham os períodos de desenvolvimento subsequentes às reformas políticas, ideológicas, pedagógicas e culturais que aqui ocorreram ao longo da História.

Este imenso e precioso conjunto patrimonial inclui monumentos (como o Paço Real) com origem nas ruínas do Palácio da Alcáçova (onde, no período muçulmano, residia desde o século X o governador da cidade), posteriormente adaptado a residência do rei D. Afonso Henriques e, mais tarde, a espaço adequado à instalação da própria universidade.

Convém nunca perder de vista que todo o conjunto patrimonial – arquitetónico, arqueológico, museológico, arquivístico, bibliográfico e ambiental – foi (e é) dinâmico e, como tal, é objeto de inúmeras transformações em resultado das diacronias construtivas ditadas pelas alterações a nível estilístico e estético, adaptações impostas pelas exigências do conforto e pela adaptação a novas funções.

O conjunto classificado como Património da Humanidade inclui, por isso, edifícios construídos em várias épocas, do século XVI à atualidade, sempre associados a grandes nomes da arquitetura portuguesa.

Alguns dos edifícios históricos encontram-se atualmente acessíveis a visita pública, em geral com bilhética instituída, e perfazem nove espaços: quatro situam-se no denominado Paço das Escolas (a Biblioteca Joanina, o Palácio Real, a Capela de São Miguel e a Sala do Atos) e a maioria dos restantes cinco nas suas imediações (o Laboratório Chimico, o Jardim Botânico, o Observatório Astronómico, a Casa das Caldeiras e o Colégio de S. Jerónimo).

A sustentabilidade do património cultural, neste caso específico com valor mundial, significa acima de tudo a sua conservação e preservação para as gerações futuras, significa investigar – conhecer para bem educar e bem agir –, significa restaurar o património móvel e imóvel, tangível e intangível, e significa ainda divulgar – na medida em que o conhecimento envolve a sociedade, potenciando o sentido de identidade e contribuindo para a coesão social.

Mas o Património deve ainda ser encarado de uma forma mais abrangente, holística se quisermos, introduzindo a questão ambiental através do desenvolvimento de soluções

amigas do ambiente, colocando os aspetos sociais, nomeadamente das comunidades locais, também no centro do processo de tomada de decisão, considerando os aspetos económicos de forma mais abrangente e na medida em que interagem com vários atores, e, sobretudo, garantindo que os benefícios revertem para o próprio património e para as pessoas, única forma de atingir um equilíbrio saudável entre Património Cultural, por um lado, e Economia do Turismo, por outro.

Assim, e como bem chamou a atenção Paulo Pereira no debate «Património e Desporto» promovido na Biblioteca Geral pela Comissão de Cultura, Património, Cidadania e Desporto do Conselho Geral da Universidade de Coimbra e pela Associação Ruas (debate esse que decorreu no dia 22 de junho de 2022, i. é, no nono aniversário da classificação como Património Mundial), a abordagem proposta deve: «entender o património cultural num campo expandido», ou seja, deve não só focar a atenção no conhecimento do património arquitetónico, integrado, arqueológico, bibliográfico, arquivístico, museológico e ambiental, mas também num património difuso que deverá ser objeto de levantamento aplicado e que irá complementar o que será a «Carta de Risco», a que nos referiremos mais adiante e que deverá ter como guia o conceito de «sindemia» avançado por Merril Singer (antropólogo e médico).

O termo «sindemia» surge no âmbito científico e pretende explicar, num neologismo que combina sinergia com pandemia, que as doenças interagem de tal forma no corpo que acabam por provocar danos maiores do que a sua mera soma, ou seja, a doença não é mais entendida apenas na sua abordagem clássica – risco de transmissão, por exemplo – mas, e sobretudo, no quadro de uma visão mais abrangente que tem em consideração o indivíduo em contexto social. Extrapolando para o património cultural, os seus agentes – arquitetos, gestores patrimoniais, museógrafos – são também operadores sociais e simbólicos. A preservação da obra deve ser ligada à vida humana em comunidade. Como podemos usar, trabalhar, transformar o património cultural incluindo e privilegiando um outro tipo de património, mais vulgar, marginalizado e banal? Até que ponto podemos utilizar essas entidades para acolher os que diariamente chegam, para que os que querem ficar (caso dos refugiados, que poderemos ser nós amanhã) fiquem, e para que os que querem trabalhar trabalhem?

Ou seja, trata-se de encarar o Património como forma de integração de todos – habitantes da cidade, da região, do país, mas também de quem vem de fora (e não estamos a falar dos turistas, mas de uma massa humana que tende a movimentar-se, no contexto atual de um continente, ou de um país, para outro).

Não deveremos também, nomeadamente a Universidade de Coimbra naquela que é a sua missão universal, valorizar o Património acrescentando-lhe esta dimensão espiritual, e não só económica e social, ligada ao turismo? Um património com uma dimensão mais metafísica, mais abrangente, «que se situa num domínio expandido feito de vibrações, de ar, de sensações, de estesia, de enfeitamento de restos arruinados» (Paulo Pereira). Até que ponto o Património pode servir de alavanca na procura da resolução de problemas da atualidade, quer sejam os sociais internos, quer sejam os criados pela mobilidade das sociedades externas, enriquecendo-nos ainda com a memória do passado recente, ou com uma arqueologia da contemporaneidade?

## Recomendações

---

**1.ª – Elaboração de uma Carta de Risco**, para que se concretize periodicamente a monitorização do estado de conservação dos Bens da Universidade que integram o Património da Humanidade, com o objetivo de estabelecer prioridades de intervenção tendo em conta a gradação dos níveis de risco.

Esta é a medida primeira, geradora de conhecimento e garante da sustentabilidade do Património. E é, em última instância, geradora de uma correta gestão financeira do orçamento que lhe está afeto.

A elaboração da Carta de Risco deverá ter em conta todo o património de excelência que a Universidade gere – património arquitetónico, arqueológico, museológico, arquivístico, bibliográfico, integrado e ambiental –, assumindo, também aqui, um conceito mais abrangente, que integre outras coleções de importância mundial, como por exemplo as coleções de apoio à investigação científica existentes no Departamento de Ciências da Terra e no Departamento de Ciências da Vida (com alguns exemplares a remontarem ao século XVIII), mundialmente conhecidas, entre outros tipos de património menos familiares do grande público.

A Carta de Risco deverá ainda avaliar a necessidade de investimento em novos recursos a serem disponibilizados internamente, na linha (por exemplo) da recém-criada Oficina de Conservação e Restauro da Biblioteca Geral e do Arquivo da Universidade de Coimbra.

Mau grado não terem a visibilidade do património arquitetónico, a preservação e conservação do património arquivístico e bibliográfico são igualmente cruciais, pois a sua materialidade encerra a memória coletiva nacional e internacional. Existente um pouco por toda a Universidade, tem como seus maiores guardiães a Biblioteca Geral/Joanina e o Arquivo da

Universidade (com função acrescida de Arquivo Distrital). Este património, pouco conhecido do público em geral (porque está guardado nas reservas e longe dos olhares do público), está exposto a riscos e a inimigos silenciosos e, por vezes, nem sempre facilmente controláveis, por maior que seja o investimento humano, carecendo do envolvimento de muitas áreas do saber e de novas tecnologias, sempre em permanente atualização.

Recomenda-se, neste âmbito, o investimento em mais projetos integrados e pluridisciplinares, solução já outrora experimentada (lembrem-se os projetos desenvolvidos pelo Arquivo da UC, que envolveram unidades que aparentemente pouco têm que ver com arquivo histórico, como o Departamento de Botânica, ou o Departamento de Química da Universidade de Coimbra), implicando várias unidades e equipamentos da Universidade. Este tipo de participação do corpo académico, que potencia saberes e sinergias, ajuda também a consolidar internamente o ideal de pertença a uma Casa comum, configurando igualmente uma estratégia a considerar numa avaliação do risco. A Carta de Risco, no seguimento do que foi sugerido, deverá ainda ser complementada, na sua abordagem, pelo desenvolvimento do conceito de Património expandido.

## **2.ª – Planificação, com carácter de urgência, de uma política coerente de gestão do fluxo turístico na UC e da gestão da oferta.**

Sem diabolizar o turismo de massas – que gera muita receita e partilha multicultural, e que tem ainda a bondade de chamar a atenção para novos patrimónios, também ambientais, e, conseqüentemente, para a urgência da sua conservação, preservação e valorização – o turismo, infelizmente, tem igualmente efeitos muito negativos. A nossa pegada ecológica pode mesmo condenar definitivamente coleções, obras de arte e espaços, se não acautelarmos e gerirmos conscienciosamente a afluência de visitantes.

A gestão de fluxos de público pode ser feita com recurso à diversificação dos espaços de visita e à criação de circuitos bem definidos e bem divulgados, recorrendo para isso a parcerias com outras entidades como a Câmara Municipal de Coimbra, o Museu Nacional de Machado de Castro, a Direção Regional de Cultura do Centro ou o Turismo de Portugal, de modo a que a sustentabilidade dos bens patrimoniais seja garantida e se evite o risco de *overtourism* em espaços da Universidade, nomeadamente no espaço de excelência que é a Biblioteca Joanina. É, nomeadamente, insustentável continuar a receber 1600 visitantes por

dia, durante meses a fio, na preciosa biblioteca barroca. As monitorizações que ali se fazem regularmente (temperatura, humidade, poluição) mostram de forma científica inequívoca que é impossível continuar a acolher 60 visitantes em simultâneo no Piso Nobre sem provocar danos gravíssimos e irreversíveis no património bibliográfico e artístico que ali se encontra guardado. As experiências internacionais que a CCPCD convocou para o colóquio sobre «Sustentabilidade e Património. Os desafios do Turismo» (outubro de 2022) confirmam que o fluxo turístico em edifícios comparáveis, classificados como Património Mundial da Humanidade, não devem ultrapassar as 25 a 30 pessoas (até 2015, a própria Biblioteca Joanina tinha um limite máximo de 35 visitantes em simultâneo). A CCPCD recomenda, por isso, a redução gradual do fluxo de visitantes ao longo dos próximos três a cinco anos, até se regressar ao patamar de sustentabilidade existente em 2015.

Acrescente-se que a boa gestão dos fluxos e diversificação dos circuitos passa ainda por um bom plano de comunicação institucional. Esta diversificação poderia incluir, além do património da UC, algum do património da diocese de Coimbra, em especial o localizado na Alta coimbrã ou em zonas vizinhas (por exemplo: o Seminário Maior, a Sé Velha, a Sé Nova e alguns conventos ou colégios religiosos).

**3.ª – Promoção de um projeto de acessibilidades integrado e transversal** dirigido a todas as pessoas com algum tipo de incapacidade física ou intelectual, não descurando o acesso a uma informação de qualidade e inteligível, através da sua divulgação em vários idiomas, pensando que os visitantes, na sua grande maioria, não entendem a língua nativa e considerando que o inglês é, claramente, insuficiente.

O projeto deverá ser antecedido de uma avaliação através da Matriz Diagnóstico de Acessibilidade 16-06-2022, da DGPC, que é, acima de tudo, um exercício de autoavaliação a que os equipamentos

se devem sujeitar. O projeto poderá ainda recorrer à obra disponibilizada *on line* pela tutela, intitulada *Comunicação Acessível e Inclusiva em Monumentos, Palácios e Museus*, Volume 5, da Coleção Guia de Boas Práticas de Acessibilidade, editada pelo Turismo de Portugal.

O projeto deverá, nas suas linhas mestras, ser transversal a todas as faculdades, potenciando recursos tecnológicos e humanos, equipamentos e espaços visitáveis da Universidade de Coimbra.

As Faculdades e todos os espaços abertos ao público deverão igualmente, e de acordo com uma estratégia comum, desenvolver projetos subsidiários do ‘projeto-mãe’ e adaptáveis a cada realidade.

A acessibilidade deverá, ainda, ter em conta o conceito de ‘património expandido’, potenciando esforços e recursos com vista à sua divulgação e fruição social.

**4.<sup>a</sup> – Criação da figura de um Curador do Património para o Paço das Escolas e demais edifícios abertos ao público**, que reflita, a montante, uma estratégia global para o património da Universidade de Coimbra, em concertação com as políticas delineadas pela Reitoria e demais assessoria nessa área, com a Associação Ruas, com o Turismo e com a respetiva tutela.

Este Curador para o Património, com diversas funções, deve garantir, nomeadamente: a atualização permanente do estudo e da informação da Carta de Risco; articular as prioridades em termos de intervenção em consonância com a Reitoria; trabalhar na angariação de

financiamentos e supervisionar candidaturas com os departamentos detentores dessas funções; incentivar o envolvimento internacional para conhecimento de experiências e de soluções de sucesso; desenvolver, em parceria com a Reitoria e as faculdades, uma política coerente e moderna de formação de guias e garantir uma sinalética adequada nos espaços interiores e exteriores; garantir a produção de materiais de divulgação do Património de alta qualidade; desenvolver propostas alternativas de apresentação e fruição do património da UC (info, virtual, holografias, reconstituições em 3D, etc.); promover a sensibilização da comunidade universitária para a sustentabilidade patrimonial; contribuir para a criação de soluções virtuosas de acessibilidade para deficientes não motores; estabelecer a ponte entre as direções de faculdades e os equipamentos culturais no desenvolvimento de projetos patrimoniais; criar desafios à investigação, tomando como tema a complexidade da conservação dos acervos de museus, dos arquivos e bibliotecas, ou ainda tornar os seus acervos apetecíveis como temas de novas teses de mestrado e doutoramento; garantir que o património arquitetónico, museológico, arquivístico, bibliográfico, documental e integrado seja conhecido do público em geral e que se desenvolvam meios de materialização dessa visibilidade, criando um sentimento identitário na sociedade, sentimento esse que é garante de preservação do mesmo; desenvolver uma política de abordagem do património no campo expandido, ou seja, privilegiando abordagens que se articulem com a integração das sociedades; garantir a comunicação entre as diversas faculdades e equipamentos culturais bem como com os estudantes (só 1% dos estudantes da Universidade de Coimbra conhecem, atualmente, os museus que a integram) e a comunicação internacional no seu múltiplo formato.

Como modelo, propõe-se que o Curador não podendo – por escassez de recursos disponíveis – ser assessorado por uma equipa multidisciplinar especializada criada *ad hoc*, possa beneficiar de alguma assessoria interna, que potencie e envolva especialistas de diferentes faculdades e departamentos da Universidade de Coimbra.



PARTE III:

## Análise e recomendações na área da Cidadania

(Relatora: Lina Coelho)

A promoção da justiça social e da cidadania esclarecida e responsável integra os objetivos previstos na missão estatutária da Universidade de Coimbra (art.º 2º) devendo, portanto, nortear as atividades de investigação, ensino e prestação de serviços à comunidade que nela se desenvolvem.

O Plano Estratégico da UC 2019-2023 consagra estes objetivos, ao incluir nos seus valores de referência os seguintes: liberdade, tolerância, igualdade, direito à diferença e não discriminação, diálogo, inclusão, responsabilidade social, ética, valorização das pessoas, interação das culturas, cooperação e sustentabilidade. O quadro de referência estratégica adotado conclui que «a Sustentabilidade e a Responsabilidade Social representam assim **atitudes, comportamentos e ações** que enquadram toda a atividade da Universidade de Coimbra, sendo transversais e devendo estar sempre presentes em todas as suas áreas de atuação».

Deste quadro de referência decorre uma linha de orientação estratégica dedicada à *Cidadania, Igualdade e Inclusão*, cuja visão se expressa do seguinte modo: «Promover a cidadania ativa e esclarecida, socialmente responsável e inclusiva, preservando o direito a ter direitos, no respeito pela dignidade, pela igualdade e pelo direito à diferença, para que todos/as possam atingir o seu potencial, numa construção coletiva de objetivos e desafios comuns». Esta visão esteve na origem, para o período considerado neste Plano Estratégico, das seguintes orientações específicas:

- Fortalecer a ação social, assegurando a equidade e a promoção do sucesso escolar, melhorando as condições de vida da comunidade estudantil e combatendo as desigualdades.
- Combater as desigualdades de género e garantir a igualdade de oportunidades, eliminando desequilíbrios e removendo barreiras.
- Promover políticas de inclusão social e de proteção de minorias, garantir o direito à diferença e o direito a ter direitos, assegurando igualdade no acesso e nas condições para o sucesso.
- Promover a cidadania esclarecida e responsável, a coesão social e os direitos humanos, defendendo princípios civilizacionais e éticos e contribuindo para a formação integral dos/as cidadãos/ãs.

As orientações estratégicas previstas concretizam-se, por sua vez, no Plano de Ação da UC, onde se sistematizam as principais ações a desenvolver pela Equipa Reitoral no respetivo período de aplicação. Para a cabal concretização destas ações concorrem os Planos de Ação dos diversos corpos institucionais e organizativos que constituem a universidade, ou seja, as Unidades Orgânicas, as Unidades de Extensão Cultural e de Apoio à Formação, os Serviços de Ação Social e a Administração.

A reflexão e análise desenvolvidas pela CCPCD no domínio da Cidadania assumiram como quadro de referência implícito as quatro orientações específicas em vigor na UC nos domínios da Cidadania, Igualdade e Inclusão. Na auscultação e reflexão desenvolvidas no quadro das audições que precederam a produção deste relatório, foi possível identificar um conjunto variado de iniciativas e ações já implementadas pela UC neste domínio. Mas foram apontadas também algumas lacunas ou fragilidades que fundamentam as recomendações aqui expressas, orientadas para o reforço da integração e da inclusão na UC.

## I

O acolhimento e a integração de estudantes oriundos de outros países constituem uma área de intervenção muito relevante para o cabal cumprimento da missão da UC e, assim, para a consolidação do seu prestígio e atratividade. Os/as estudantes com origem nos PALOP devem merecer uma especial atenção, em consonância com a orientação claramente assumida pela UC para a promoção da Lusofonia e a cooperação com os PALOP.

As dificuldades acrescidas de integração e obtenção de sucesso escolar destes/as estudantes decorrem, desde logo, de barreiras de natureza linguística e cultural, mas agravam-se, em muitos casos, devido às diferenças existentes entre a formação escolar pré universitária em Portugal e nos seus países de origem (do que é exemplo a formação em cálculo no ensino secundário brasileiro, na área da matemática). Esta problemática é especialmente crítica para estudantes oriundos/as dos PALOP que, numa maioria de casos, enfrentam dificuldades acrescidas para a obtenção de sucesso escolar na UC.

## Recomendações

**1.ª – Fortalecimento dos programas de formação de português para estrangeiros**, com a preocupação de os adequar aos diferentes perfis de estudantes estrangeiros que ingressam na UC. O recurso a meios de ensino a distância pode ser especialmente útil neste domínio (nomeadamente na modalidade b learning).

## **2.ª – Diálogo com as principais entidades financiadoras de bolsas de estudo para estudantes dos PALOP**

(Governos PALOP; Fundação Calouste Gulbenkian; Instituto Camões; INAGBE,...) **no sentido de obter o reforço necessário para um ano de formação vestibular (“ano zero”)**, nos casos em que a formação pré-universitária e/ou o domínio da língua portuguesa sejam manifestamente insuficientes para o sucesso escolar destes/as estudantes. Igualmente desejável seria assegurar o acompanhamento dos bolseiros pela entidade financiadora e garantir bolsas de montante adequado à frequência do Ensino Superior.

## **3.ª – Recurso às plataformas informáticas ao dispor da UC para disponibilização de módulos formativos**

planeados para colmatar discrepâncias de formação prévia já identificadas (ex. cálculo matemático para estudantes do Brasil).

## **4.ª – Institucionalização de formas de apoio prestado por pares** (nomeadamente estudantes com origem

nas mesmas regiões ou países, já com integração bem-sucedida). O Programa GPS – Voluntariado para Apoio a Estudantes Internacionais (<https://www.uc.pt/driic/mobilidade/gps>) é uma boa prática, que deve ser desenvolvida no sentido de procurar diversificar a representatividade nacional, étnica e cultural do contingente de estudantes voluntários/as.

## **II**

No domínio do combate às desigualdades de género, a adoção do Plano para a Igualdade, Equidade e Diversidade 2019-2023 constituiu um marco importante na afirmação do compromisso da UC com a Igualdade e, em particular, com a igualdade de género, núcleo fundamental das ações previstas no Plano. Importa, no entanto, assegurar acompanhamento, monitorização e avaliação dos planos para a igualdade, única forma de garantir a sua cabal execução, mas, também, a adequação da estratégia subjacente às necessidades supervenientes ou lacunas detetadas, bem assim como a eficaz utilização dos recursos dedicados. Em novos domínios de intervenção, como este, a consolidação de práticas é essencial para assegurar a sustentabilidade das intervenções, dimensão sem a qual não haverá lugar a verdadeira mudança institucional. As melhores práticas internacionais neste domínio demonstram que só através da criação de instância específica para esse efeito (ex. comissão de coordenação, acompanhamento e monitorização do plano), constituída por elementos dos vários setores da universidade, assim como de recursos humanos especializados e dedicados, se consegue garantir um percurso sustentado de promoção da igualdade.

Ainda neste domínio, é de assinalar pela positiva a criação de um canal de denúncia interna para casos de discriminação ou abuso sexual, entre outros. Seria, no entanto, desejável que lhe fosse dado o enquadramento institucional e a visibilidade/publicidade necessárias, enquanto recurso de fim de linha para uma estratégia de tolerância zero à discriminação e ao abuso.

## Recomendações

---

**1.ª – Criação de uma comissão, grupo ou comité formalmente dotado de capacidade e competências para assegurar acompanhamento, monitorização e avaliação do Plano para a Igualdade, Equidade e Diversidade.**

**2.ª – Atribuição de recursos técnicos e científicos específicos, e especializados, às tarefas de implementação do Plano (ex. Gabinete para a Igualdade da UC),** capazes de assegurar o apoio técnico especializado requerido a ações conducentes à sustentação futura de uma verdadeira estratégia para a igualdade da UC (planeamento e implementação das ações previstas, elaboração de conteúdos e programas formativos e ações de capacitação, propostas de intervenção e revisão do plano, entre outras).

**3.ª – Adoção de suporte comunicacional adequado à publicitação integrada das medidas, recursos e instrumentos já adotados na UC.** No momento atual, a informação relevante neste domínio não é de acesso fácil e interrelacionado, como seria desejável. Por exemplo, no sítio WEB da UC, o Plano para a Igualdade, Equidade e Diversidade aparece subsumido na área do Desenvolvimento Sustentável e sem nenhuma conexão com outros instrumentos e recursos correlacionados, como sejam o Código de Boa Conduta para a Prevenção e Combate ao Assédio no Trabalho, ou o Canal de Denúncia Interna para casos de discriminação ou abuso sexual. A criação de uma área do sítio web dedicada à Cidadania e à Inclusão poderia dar resposta mais adequada a esta necessidade de acesso fácil e articulado à informação neste domínio, tal como, aliás, nos outros domínios abordados neste capítulo, que enfermam do mesmo tipo de dificuldade comunicacional.

### III

Os/as **estudantes com necessidades especiais** enfrentam dificuldades de integração e sucesso escolar acrescidas, com contornos e exigências múltiplas e diferenciadas em função, nomeadamente, da configuração específica das necessidades especiais de cada indivíduo. O desenvolvimento da iniciativa UC for All é, pois, da maior relevância para promover a integração e o acompanhamento adequado deste grupo específico de estudantes.

## Recomendações

---

**1.ª – Elaboração de um diagnóstico** fundamentado sobre as necessidades existentes.

**2.ª – O reforço e consolidação** do Núcleo de Integração e Aconselhamento (SASUC) atualmente existente, por forma a instituir **um verdadeiro Gabinete de Inclusão na UC**, dotado dos recursos e competências capazes

de assegurar a coordenação, monitorização e revisão das iniciativas e ações em prática, bem assim como a coordenação de um futuro Centro de Recursos Técnicos e Pedagógicos de apoio a estudantes com deficiência e a docentes, tal como previsto no Eixo Estratégico 3 da Estratégia Nacional para a Inclusão das Pessoas com Deficiência. A experiência acumulada na UC, ao longo de mais de 30 anos, constitui uma base muito sólida para o reforço da intervenção multidimensional neste domínio.

Trata-se, pois, sobretudo, de garantir capacidade efetiva de articulação, comunicação e integração de esforços entre diversos serviços por forma a assegurar eficiência nos processos relativos a:

- gestão académica (reconhecimento do estatuto e dos direitos especiais e medidas de acompanhamento);
- gestão da empregabilidade (encaminhamentos de estudantes com necessidades especiais para saídas profissionais);
- gestão do edifício (melhoraria das condições de acessibilidade);
- gestão do planeamento e avaliação (observatório das atividades pedagógicas);
- gestão de recursos humanos (formação e sensibilização da comunidade UC);
- gestão da comunicação (acessibilidade à informação);
- gestão do acesso ao desporto e à cultura no âmbito da UC.

**3.ª – Elaboração e implementação de um plano plurianual para a eliminação de barreiras arquitetónicas** em todo o edifício e espaços adjacentes, incluindo residências, na UC, em sintonia com o projeto Campus 100% acessível (medida 162 do Plano de Ação da UC). O diagnóstico das principais barreiras arquitetónicas na UC elaborado, em 1998, pelo Gabinete de Apoio Técnico-Pedagógico ao Estudante com Deficiência, e posteriormente revisto e atualizado, em articulação com os serviços de gestão do edifício da UC, em 2007, constitui a base de partida para a concretização desta iniciativa, fundamental para assegurar uma universidade inclusiva.

## IV

O **combate ao racismo e à discriminação** é um processo sempre inacabado, que requer a adoção de ações integradas nos diversos âmbitos de atuação da universidade, envolvendo toda a comunidade universitária. O Plano Nacional de Combate ao Racismo e à Discriminação 2021-2025 contempla um conjunto de medidas a adotar no Ensino Superior (Área 3), constituindo um referencial a ter em conta neste domínio.

## Recomendações

**1.ª – Prossecução das ações conducentes à aplicação na UC das medidas previstas no Plano Nacional de Combate ao Racismo e à Discriminação 2021-2025** incluindo,

em particular, a adoção de um Código de Conduta de Prevenção e Combate ao Racismo e Discriminação.

## V

Ao longo das audições realizadas foram referidas algumas fragilidades da UC que se manifestam transversalmente nos vários domínios de intervenção aqui analisados.

### Recomendações de natureza transversal

---

**1.<sup>a</sup> – Reforço da sensibilização, formação e capacitação de todos os agentes (estudantes, docentes e funcionários) nos domínios da cidadania, da multiculturalidade e do respeito pelas diferenças.**

Merece especial atenção a formação dos/as funcionários/as dos vários serviços de atendimento, nomeadamente daqueles que mais diretamente interagem com os grupos tendencialmente mais afetados por situações de discriminação. Neste sentido, considera-se também desejável que os serviços em causa venham a incluir progressivamente, nos seus quadros, pessoas dos grupos e comunidades cuja integração se pretende potenciar. O exemplo da Divisão de Relações Internacionais no que se refere à comunicação com estudantes chineses, que conduziu ao recrutamento de uma técnica dessa comunidade, foi apontado como exemplo de uma boa prática a prosseguir;

**2.<sup>a</sup> – Fomento do voluntariado, nomeadamente do corpo estudantil,** para intervenção estruturada e direcionada nos vários domínios aqui considerados. No seguimento da criação do programa de voluntariado da UC, deve promover-se o envolvimento dos/as estudantes, ação esta já prevista no Plano de Ação atualmente em vigor. Saúda-se, pois, o surgimento recente da plataforma de voluntariado UC Transforma e do seu braço social, UC Social, instrumentos relevantes para dinamizar a intervenção desejável, também nos domínios acima referidos.

**3.ª – Os planos, ações e recursos já existentes na UC não são conhecidos por boa parte da comunidade.**

Recomenda-se, pois, a adoção de uma estratégia comunicacional que promova a sua visibilidade e uma organização da informação que assegure sistematização e integração, facilidade de consulta e identificação rápida dos contactos e serviços disponíveis para informação e apoio às pessoas interessadas, nos domínios aqui abordados. É igualmente crucial introduzir melhorias significativas na comunicação entre os serviços e as escolas, de maneira a otimizar o potencial já existente, a sensibilizar para a importância da formação em certos domínios, e a alertar (e ser alertado) para a necessidade de introduzir correções nos procedimentos em vigor.

De destacar a importância da ampla divulgação do mecanismo, recentemente criado, para apresentação de queixas e denúncias, com garantia de proteção das vítimas. Uma universidade verdadeiramente inclusiva tem de assegurar processos de responsabilização eficazes das pessoas que praticam assédio, *bullying* ou outras violações de direitos fundamentais, garantindo a proteção de quem vê os seus direitos lesados em qualquer dos espaços da UC, incluindo as residências universitárias. Além do mais, a ampla e sistemática divulgação de uma estratégia de combate ao assédio e à discriminação é, em si mesma, dissuasora de comportamentos abusivos.



PARTE IV:  
Análise e recomendações  
na área da Desporto

(Relatores: Pedro Couceiro e Renato Daniel)

O Desporto na UC «tem como objetivo proporcionar e incrementar a prática desportiva regular entre a população universitária, mas também entre a comunidade em geral, com obediência a parâmetros de qualidade, de segurança e de inovação, destinando-se as suas instalações e espaços desportivos à lecionação e investigação na área das ciências do desporto, à prática de desporto universitário, de desporto federado e à prática desportiva informal e atividade física» (Preâmbulo do Regulamento do Estádio Universitário, de 9 de julho de 2020, publicado em DR, 2.ª Série, n.º 157, p. 185, em 13 de agosto de 2020).

Com este pano de fundo, a Comissão de Cultura, Cidadania, Património e Desporto desenvolveu um trabalho consistente de audições e debates, com enfoque nos três aspetos que seguidamente se apresentam: o estatuto do apoio ao atleta de pré-alto rendimento; o intercâmbio de experiências entre atuais estudantes e antigos atletas; e o levantamento das necessidades do desporto universitário.

## I. Estatuto de Apoio ao Atleta de pré-Alto Rendimento

Julgamos ser determinante pensar uma forma especial de apoio a atletas em regime de pré-Alto Rendimento que estejam a ingressar na UC, ou a tentar prosseguir os seus estudos universitários. O regime nacional oficial não premeia, ou premeia pouco, esses alunos/atletas, privilegiando os desportistas em escalão olímpico, ou em alto rendimento (quase sempre em idade *senior*!).

Se tivermos em consideração que é cada vez mais baixa a idade dos jovens que têm de fazer a opção de se lançar numa carreira desportiva de nível superior, facilmente concluiremos que, sem apoios especiais, eles terão de hipotecar um dos seus objetivos de vida: a carreira académica, ou a carreira desportiva. Tal facto fica quase tão só a dever-se ao sistema de atribuição de regalias a esses jovens (leia-se, à integração no atual regime de Atleta de Alto Rendimento).

Nos últimos anos, tem existido um esforço dos organismos centrais (IPDJ e SEJD) para apoiar os jovens nestas condições – através da chamada «Carreira Dual».

No entanto, na nossa maneira de ver, continua a existir um grande vazio de normas.

O que temos, na prática, continuam a ser as regras de atribuição do regime de alto rendimento e um ou outro conjunto de intenções (plasmadas na retórica em torno da citada Carreira Dual), mas sem expressão concreta significativa, ao contrário do que todos desejaríamos. Seja porque os estabelecimentos de ensino, não sendo obrigados a tal, acabam por estar pouco preparados ou sensibilizados para esta matéria; seja porque os benefícios para os jovens com possibilidade de integrar esse programa não são suficientes, face às exigências profissionais ou desportivas inerentes à sua atividade.

Deverá haver, no nosso entender, por parte da UC e de forma bem assumida, uma minimização das disparidades que existem nos critérios oficiais, o que permitiria um muito melhor aproveitamento dos jovens atualmente excluídos do estatuto de atleta de alta competição.

Na nossa reunião de setembro de 2021 com a Direção da Região Centro do IPDJ, a sua responsável (Dra. Catarina Durão) mencionou o apoio concedido pelo Ministério da Educação no âmbito do fomento desporto escolar, em especial desde 2016 e através das Unidades de Apoio ao Alto Rendimento na Escola (UAARE – ver em: <https://www.dge.mec.pt/noticias/uaare-unidades-de-apoio-ao-alto-rendimento-na-escola>). Tais unidades são coordenadas pelo Dr. Vítor Pardal e visam uma melhor conciliação entre a parte escolar e a parte desportiva (no sentido da mencionada «carreira dual»). Neste particular, a Dra. Catarina Durão lembrou bons exemplos, como o Centro de Alto Rendimento de Montemor-o-Velho, que inclui canoagem, remo e natação de águas livres. Deu ainda nota da colaboração entre o IPDJ e a AAC, em diversos domínios desportivos.

Neste ponto, pensamos ser premente, por parte da UC, a implementação de novas medidas para estimular a «carreira dual», que possam ser viáveis e legais. Uma dessas medidas poderá passar por Bolsas de Apoio a Estudantes-Atletas, assim como por uma reformulação no reconhecimento, pela UC, do estatuto de atleta de alto rendimento.

Nesta comissão, lamentou-se também o estigma que ainda existe no seio de algum corpo docente, relativamente aos estudantes que usufruem de regalias pedagógicas especiais, em resultado do seu excecional e documentado empenho (e desempenho) cultural ou desportivo.

Aproveitámos ainda a referida reunião com o IPDJ para questionarmos a existência de algum apoio do IPDJ ao desporto adaptado. Aqui, a Dr.ª Catarina Durão lembrou a existência de uma Federação Portuguesa de Desporto para Pessoas com Deficiência (FPDD, ver em: <https://fpdd.org/>), assim como o investimento de alguns clubes nacionais nesta matéria. E acrescentou que a UC e a própria AAC têm prestígio mais do que suficiente para conseguirem apoios e interações interessantes nesta área. Nesta matéria, sinalizou a existência de bons exemplos em curso na cidade de Viseu.

Por fim, chamou a atenção para as candidaturas de 2022 ao Programa Nacional de Desporto para Todos (PNDpT, ver em: <https://ipdj.gov.pt/programa-nacional-de-desporto-para-todos>).

Em jeito de conclusão ficamos com a ideia clara de que a cidade de Coimbra, e em particular a sua universidade, que durante décadas foram um polo de concentração de estudantes/desportistas (ou de desportistas que prosseguiram em paralelo os seus estudos), deverá fazer algo de consistente e continuado no sentido de revitalizar esse seu património, conquistado durante décadas. Mais adiante, recomendamos alguns mecanismos simples para que tal possa ser viabilizado.

## II. Promoção de encontros entre atuais estudantes e ex-atletas

Uma das formas de promover a inclusão dos alunos com «carreira dual», ou que estejam em vias de ter de tomar uma decisão sobre o seu futuro nesse campo, será a de realizar e patrocinar encontros entre os atuais estudantes e ex-atletas internacionais que, independentemente de terem ou não sido alunos na Universidade de Coimbra, possam partilhar experiências, dificuldades ou ideias e, assim, dividir essa sua experiência com os jovens alunos que estejam a encetar um percurso semelhante.

Ao promover este tipo de ações, permitindo o contacto com quem (apesar de uma prática desportiva intensa e exigente) conseguiu prosseguir os seus estudos até tarde, estaremos a ajudar no aconselhamento e a dar visibilidade a quem o fez, do mesmo modo que sublinharemos a importância de ter um bom plano para o futuro por parte de quem estiver a braços com essa dupla atividade.

Neste sentido, levámos já a cabo, em junho 2022, um primeiro encontro com a comunidade estudantil, mas também docente, e com personalidades de relevo do desporto em Coimbra, para começarmos a medir um pouco a força que estas nossas ideias podem ter, assim como a sua aplicabilidade num futuro próximo. A presença da atleta olímpica Catarina Costa, estudante da Faculdade de Medicina da UC, emprestou um brilho muito especial a esta experiência, e deu-lhe um sentido muito concreto e pedagógico.

Tivemos também a presença de alunos da área desporto adaptado, em especial do estudante de Mestrado da FLUC, Bernardo Lopes (já licenciado em História da Arte e em História), que promoveu a fundação da primeira secção de desporto adaptado numa universidade portuguesa (a pró Secção de Boccia, no seio da AAC). Isso enriqueceu o debate e levou mesmo os participantes a pensar na criação de uma ‘caixa de mensagens e ideias’ para esta forma de prática desportiva, profundamente inclusiva mas que tantas vezes cai no esquecimento. Estamos convictos de que serão profundamente enriquecedoras e construtivas as várias ideias que nos irão começar a chegar.

## III. Levantamento das necessidades do Desporto Universitário

Temos em mente, até ao final deste mandato, fazer um levantamento mais profundo nesta matéria e, com ele, poder produzir um documento que sirva de apoio a uma futura comissão que, eventualmente, no âmbito do Conselho Geral, se venha a ocupar desta matéria.

Pensamos num documento que possa sintetizar e explicitar as reais necessidades e objetivos a serem postos em prática para que a Universidade de Coimbra possa ser mais

atractiva para os jovens que têm, a par da sua carreira desportiva, uma vontade forte de prosseguir e de finalizar os seus projetos académicos.

No fundo, trata-se de criar uma frente de trabalho no âmbito da UC destinada essencialmente a promover as carreiras duais daqueles alunos, bem como de iniciar ou de melhorar a parceria com a Câmara Municipal de Coimbra no sentido de otimizar as infraestruturas desportivas já existentes na cidade.

Entretanto, um tal levantamento não deve esquecer a importância do fomento da atividade desportiva sem fins competitivos por parte de toda a comunidade escolar – docentes, funcionários não docentes e estudantes. Neste sentido, será por exemplo interessante monitorizar a experiência «Pausa UC + Ativa», de implantação recente, assim como outros projetos na área do Desporto da UC, e perceber como podem ser potenciados num futuro próximo.

## Recomendações

---

**1.ª – Criação ou reforço dos mecanismos de apoio à «carreira dual» (estudantes-aletas)**, nomeadamente através de: estudo de possíveis facilidades de acesso a aulas extra, assim como de um maior apoio na realização de exames (e respetivos agendamentos); suporte especial curricular específico e – sempre em casos excecionais devidamente sinalizados – personalizado; possibilidade de atribuição de Bolsas de Mérito

**2.ª – Promoção de encontros regulares entre antigos estudantes-aletas de alta competição e jovens praticantes**, com o objetivo de partilhar experiências bem sucedidas de vida e de conciliação entre as carreiras académica e desportiva.

**3.ª – Apoio ao desporto adaptado em gestação na UC e AAC**, desde logo através da consolidação da experiência recentíssima, mas ainda demasiado frágil, da pró-secção de Boccia da Associação Académica de Coimbra, que pode configurar um exemplo a reproduzir com sucesso noutras vertentes do desporto adaptado.

**4.ª – Estudar formas de dinamização e sustentabilidade do desporto universitário**, nomeadamente em articulação com a Câmara Municipal de Coimbra (no que toca à gestão de espaços desportivos urbanos), tendo também em mente a necessidade de aproveitar e promover as capacidades únicas existentes na Univer-Cidade de Coimbra para a prática do desporto em ambiente escolar (por parte de toda a comunidade académica e mesmo sem propósitos de competição) e para a construção de carreiras duais sólidas e vencedoras.

# 3.

## Anexo

### Priorização das recomendações da CCPCD

## Medidas a curto prazo

(Horizonte: termo do mandato do atual CG-UC, em final de 2024):

- **Criação de um «Círculo Universitário»** aberto a docentes, a estudantes e a funcionários, que se possa assumir como um «lugar de encontro» entre pessoas atualmente dispersas pelos vários polos da UC e, ao mesmo tempo, como uma «casa de cultura» com uma programação regular própria alimentada pelo diálogo interdisciplinar, pela divulgação científica de alta qualidade e pelo desejo de superação da dicotomia clássica entre as ‘duas culturas’ (a humanística e a tecnológica). [área: Cultura]

- **Planificação, com caráter de urgência, de uma política coerente de gestão do fluxo turístico na UC e da gestão da oferta.** As monitorizações que se fazem na preciosa Biblioteca Joanina (temperatura, humidade, poluição) comprovam que é impossível continuar a acolher 60 visitantes em simultâneo no Piso Nobre sem provocar danos gravíssimos e irreversíveis no património bibliográfico e artístico. A CCPCD recomenda, por isso, a redução gradual do fluxo de visitantes ao longo dos próximos três a cinco anos, até se regressar ao patamar de sustentabilidade existente em 2015. [área: Património]

- **Criação da figura de um Curador do Património para o Paço das Escolas e demais edifícios abertos ao público,** que reflita, a montante, uma estratégia global para o património da Universidade de Coimbra, em concertação com as políticas delineadas pela Reitoria e demais assessoria nessa área, com a Associação Ruas, com o Turismo e com a respetiva tutela. [área: Património]

- **Fortalecimento dos programas de formação de portugueses para estrangeiros,** com a preocupação de os adequar aos diferentes perfis de estudantes. O recurso a meios de ensino à distância pode ser útil neste domínio (nomeadamente na modalidade b learning). [área: Cidadania – equidade e promoção do sucesso escolar]

- **Recurso às plataformas informáticas ao dispor da UC para disponibilização de módulos formativos planeados para colmatar discrepâncias de formação prévia já identificadas** (ex. cálculo matemático para estudantes do Brasil). [área: Cidadania – equidade e promoção do sucesso escolar]

- **Institucionalização de formas de apoio prestado por pares** (nomeadamente estudantes com origem nas mesmas regiões ou países, com integração bem-sucedida). O Programa GPS – Voluntariado para Apoio a Estudantes Internacionais é uma boa prática que deve ser desenvolvida. [área: Cidadania – equidade e promoção do sucesso escolar]

- **Criação de uma comissão, grupo ou comité formalmente dotado de capacidade e competências para assegurar acompanhamento, monitorização e avaliação do Plano para a Igualdade, Equidade e Diversidade.** [área: Cidadania – combate à desigualdade de género]

- **Atribuição de recursos técnicos e científicos específicos, e especializados, às tarefas de implementação do Plano para a Igualdade, Equidade e Diversidade** (ex. Gabinete para a Igualdade da UC), capazes de assegurar o apoio técnico especializado requerido a ações conducentes à sustentação futura de uma verdadeira estratégia para a igualdade da UC. [área: Cidadania – combate à desigualdade de género].

- **Prossecução das ações conducentes à aplicação na UC das medidas previstas no Plano Nacional de Combate ao Racismo e à Discriminação 2021-2025** incluindo, em particular, a adoção de um Código de Conduta de Prevenção e Combate ao Racismo e Discriminação. [área: Cidadania – políticas de inclusão social e de proteção de minorias]

- **Fomento do voluntariado, nomeadamente do corpo estudantil**, para intervenção estruturada e direcionada nos vários domínios considerados. No seguimento da criação do programa de voluntariado da UC, saúda-se o surgimento da plataforma «UC Transforma» e do seu braço social («UC Social»), instrumentos que importa agora consolidar e dinamizar [área: Cidadania – zonas de intervenção transversal]

- **Os planos, ações e recursos já existentes na UC não são conhecidos por boa parte da comunidade. Recomenda-se a adoção de uma estratégia comunicacional que promova a sua visibilidade** e uma organização da informação que assegure sistematização e integração, facilidade de consulta e identificação rápida dos contactos e serviços disponíveis para informação e apoio às pessoas interessadas, nos domínios aqui abordados. [área: Cidadania – zonas de intervenção transversal]

- **Criação ou reforço dos mecanismos de apoio à «carreira dual» (estudantes-aletas)**, nomeadamente através de: estudo de possíveis facilidades de acesso a aulas extra, assim como de um maior apoio na realização de exames (e respetivos agendamentos); suporte especial curricular específico e – sempre em casos excecionais devidamente sinalizados – personalizado; possibilidade de atribuição de Bolsas de Mérito. [área: Desporto]

- **Promoção de encontros regulares entre antigos estudantes-aletas de alta competição e jovens praticantes**, com o objetivo de partilhar experiências bem-sucedidas de vida e de conciliação entre as carreiras académica e desportiva. [área: Desporto]

## Medidas a médio prazo (Horizonte: Plano Estratégico da UC para 2023-27):

- **Promoção de formas de estimular o (re)encontro dos nossos jovens com a Literatura**, através da organização de eventos inovadores e desafiantes nestas áreas, capazes de os sensibilizar para a fruição cultural e para a relevância da dimensão formativa não profissionalizante. Uma coordenação regular (nunca antes ensaiada) entre as nove UECAF da UC poderia configurar um contributo precioso, completado com uma articulação estreita com as direções das faculdades e com a AAC (em especial, com as Secções Culturais e os Organismos Autónomos). [área: Cultura]

- **Elaboração de uma Carta de Risco**, para que se concretize periodicamente a monitorização do estado de conservação dos Bens da Universidade que integram o Património da Humanidade, com o objetivo de estabelecer prioridades de intervenção tendo em conta a gradação dos níveis de risco. [área: Património]

- **Promoção de um projeto de acessibilidades integrado e transversal** dirigido a todas as pessoas com algum tipo de incapacidade física ou intelectual, não descurando o acesso a uma informação de qualidade e inteligível, através da sua divulgação em vários idiomas, pensando que os visitantes, na sua grande maioria, não entendem a língua nativa e considerando que o inglês é, claramente, insuficiente. [área: Património]

- **Adoção de suporte comunicacional adequado à publicitação integrada das medidas, recursos e instrumentos já adotados na UC**. Atualmente, a informação neste domínio não é de acesso fácil e interrelacionado, como seria desejável (cf., no sítio web da UC, o Plano para a Igualdade, Equidade e Diversidade, que aparece subsumido na área do Desenvolvimento Sustentável). A criação de uma área do sítio web

dedicada à Cidadania e à Inclusão poderia dar resposta mais adequada a esta necessidade. [área: Cidadania – combate à desigualdade de género].

• **Reforço e consolidação do Núcleo de Integração e Aconselhamento (SASUC) atualmente existente, por forma a instituir um verdadeiro Gabinete de Inclusão na UC**, dotado dos recursos e competências capazes de assegurar a coordenação, monitorização e revisão das iniciativas e ações, bem como a coordenação de um futuro Centro de Recursos Técnicos e Pedagógicos de apoio a estudantes com deficiência e a docentes, tal como previsto na Estratégia Nacional para a Inclusão das Pessoas com Deficiência. [área: Cidadania – políticas de inclusão social e de proteção de minorias]

• **Elaboração de um diagnóstico fundamentado sobre as necessidades existentes na comunidade de estudantes com deficiência**. [área: Cidadania – políticas de inclusão social e de proteção de minorias]

• **Atualização do diagnóstico existente e implementação de um plano plurianual para a eliminação de barreiras arquitetónicas** em todo o edificado e espaços adjacentes, incluindo residências, na UC, em sintonia com o projeto Campus 100% acessível. [área: Cidadania – políticas de inclusão social e de proteção de minorias]

• **Reforço da sensibilização, formação e capacitação de todos os agentes (estudantes, docentes e funcionários) nos domínios da cidadania, da multiculturalidade e do respeito pelas diferenças**. Merece especial atenção a formação dos/as funcionários/as dos vários serviços de atendimento. Considera-se também desejável que os serviços em causa venham a incluir progressivamente, nos seus quadros, pessoas dos grupos e comunidades cuja integração se pretende potenciar. [área: Cidadania – áreas de intervenção transversal]

• **Apoio ao desporto adaptado em gestão na UC e AAC**, desde logo através da consolidação da experiência recentíssima, mas ainda demasiado frágil, da pró-secção de Boccia da Associação Académica de Coimbra, que pode configurar um exemplo a reproduzir com sucesso noutras vertentes do desporto adaptado. [área: Desporto]

## Projetos envolvendo parcerias:

- **Colaboração ativa entre a Universidade de Coimbra e a Câmara Municipal de Coimbra na área da cultura, capaz de gerar:** a) a elaboração de um projeto sólido e exequível de construção de uma Agenda Cultural (digital) conjunta minimamente ágil; b) a organização de «residências culturais/artísticas» pontuais, que permitam satisfazer carências sensíveis e contribuam para o crescimento da oferta cultural futura da cidade; c) a promoção de eventos culturais regulares na área da(s) cultura(s) dos países de língua oficial portuguesa; d) o reforço da presença dos grandes debates culturais da atualidade no espaço físico e mediático da Universidade de Coimbra. [área: Cultura]

- **Diálogo com as principais entidades financiadoras de bolsas de estudo para estudantes dos PALOP no sentido de obter o reforço necessário para um ano de formação vestibular («ano zero»)**, nos casos em que a formação pré-universitária e/ou o insuficiente domínio da língua portuguesa o justifiquem [área: Cidadania – equidade e promoção do sucesso escolar]

- **Estudar formas de dinamização e sustentabilidade do desporto universitário**, nomeadamente em articulação com a Câmara Municipal de Coimbra (no que toca à gestão de espaços desportivos urbanos), tendo também em mente a necessidade de aproveitar e promover as capacidades únicas existentes na Univer-Cidade de Coimbra para a prática do desporto em ambiente escolar (por parte de toda a comunidade académica e mesmo sem propósitos de competição) e para a construção de carreiras duais sólidas e vencedoras. [área: Desporto]

## 4. Índice

---

1

---

2

---

3

---

4

|           |                                                                                                      |
|-----------|------------------------------------------------------------------------------------------------------|
| <b>03</b> | <b>1. Sumário Executivo</b>                                                                          |
| 04        | Introdução                                                                                           |
| 05        | 1. A Cultura                                                                                         |
| 06        | 2. O Património                                                                                      |
| 08        | 3. A Cidadania                                                                                       |
| 11        | 4. O Desporto                                                                                        |
| <b>12</b> | <b>2. Relatório Final da Comissão de Cultura, Património, Cidadania e Desporto</b>                   |
| 13        | Introdução                                                                                           |
| 20        | PARTE I: Análise e recomendações na área da Cultura<br>(Relator: João Gouveia Monteiro)              |
| 26        | PARTE II: Análise e recomendações na área do Património<br>(Relatora: Maria Antónia Athayde Amaral)  |
| 32        | PARTE III: Análise e recomendações na área da Cidadania<br>(Relatora: Lina Coelho)                   |
| 40        | PARTE IV: Análise e recomendações na área do Desporto<br>(Relatores: Pedro Couceiro e Renato Daniel) |
| <b>46</b> | <b>3. Anexo: Priorização das recomendações da CCPCD</b>                                              |
| 47        | Medidas a curto prazo (Horizonte: termo do mandato do atual CG-UC, em final de 2024):                |
| 49        | Medidas a médio prazo (Horizonte: Plano Estratégico da UC para 2023-27):                             |
| 51        | Projetos envolvendo parcerias                                                                        |
| <b>52</b> | <b>4. Índice</b>                                                                                     |



CONSELHO GERAL  
UNIVERSIDADE D  
COIMBRA